

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

## Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração à demonstração financeira da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ("Santander Securities"), relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhada das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

## Eventos Societários:

Em 13 de janeiro de 2017, foi criado o Conselho de Administração da Santander Securities o qual é composto por no mínimo 5 e no máximo 10 membros, dentre os quais um Presidente, designado pela Assembleia Geral, e os demais designados membros, todos eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, com mandato de 3 anos.

Tendo em vista a criação do Conselho de Administração, foram eleitos: (a) como Presidente do Conselho de Administração da Santander Securities, Carlos Rodríguez de Riba Arienza e (b) como Conselheiros: Alexandre Silva D'Ambrosio, Andrés Campos Calvo-Sotelo, Carlos Rey de Vicente, Jean Pierre Dupui e Joaquín Alfaro Garcia.

Durante o primeiro semestre de 2018, o Sr. Alexandre D'Ambrosio foi substituído pelo Sr. Alessandro Tomaz, no cargo de Conselheiro.

## Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$953 milhões (31/12/2017 - R\$918 milhões) O lucro líquido apresentado no exercício foi de R\$86 milhões (31/12/2017 - R\$90 milhões).

## Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2018, os ativos totais atingiram R\$ 1.065 milhões (31/12/2017 - R\$ 995 milhões). Desse montante, R\$ 592 milhões (31/12/2017 - R\$ 642 milhões) são representados por ativos intangíveis e R\$427 milhões (31/12/2017 - R\$299 milhões) por aplicações interfinanceiras de liquidez.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2018	31/12/2017		Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativo Circulante</b>		<b>459.429</b>	<b>330.154</b>	<b>Passivo Circulante</b>		<b>105.591</b>	<b>58.657</b>
Disponibilidades	4&14.c	276	973	Outras Obrigações		105.591	58.657
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>14.c</b>	<b>426.934</b>	<b>298.191</b>	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		-	125
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		426.934	298.191	Sociais e Estatutárias		2.238	1.858
<b>Outros Créditos</b>	<b>31.898</b>	<b>30.478</b>		Fiscais e Previdenciárias	9	40.546	44.845
Rendas a Receber	6.a	24.880	25.336	Negociação e Intermediação de Valores	10	48.456	-
Créditos Tributários	5.a	4.581	3.939	Diversas	11	14.351	11.829
Diversos	6.b	2.437	1.203	<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>		<b>6.739</b>	<b>18.565</b>
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>321</b>	<b>512</b>		<b>Outras Obrigações</b>		<b>6.739</b>	<b>18.565</b>
Despesas Antecipadas		321	512	Fiscais e Previdenciárias	9	442	366
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>4.939</b>	<b>22.053</b>		Diversas	11	6.297	18.199
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>14.c</b>	<b>-</b>	<b>1.022</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>13</b>	<b>952.666</b>	<b>918.161</b>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	1.022	Capital:			
<b>Outros Créditos</b>	<b>4.939</b>	<b>20.967</b>		De Domiciliados no País		840.313	840.313
Rendas a Receber	6.a	-	-	Reservas de Lucros		112.267	77.911
Créditos Tributários	5.a	1.559	3.056	Ajustes de Avaliação Patrimonial		86	(63)
Diversos	6.b	3.380	17.911				
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>-</b>	<b>64</b>					
Despesas Antecipadas		-	64				
<b>Permanente</b>	<b>600.628</b>	<b>643.176</b>					
Investimentos		1	1				
Outros Investimentos		144	144				
(Provisões para Perdas)		(143)	(143)				
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>7</b>	<b>8.872</b>	<b>1.097</b>				
Outras Imobilizações de Uso		9.130	1.210				
(Depreciações Acumuladas)		(258)	(113)				
<b>Intangível</b>	<b>8</b>	<b>591.755</b>	<b>642.078</b>				
Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura		323.055	323.055				
Outros Ativos Intangíveis		474.106	463.143				
(Amortizações Acumuladas)		(205.406)	(144.120)				
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.064.996</b>	<b>995.383</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>1.064.996</b>	<b>995.383</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2016</b>		<b>840.313</b>	<b>12.051</b>	<b>30.403</b>		<b>-</b>	<b>882.767</b>
Lucro Líquido		-	-	-	(63)	-	(63)
Destinações:						89.912	89.912
Reserva Legal	13.c	-	4.496	-	-	(4.496)	-
Juros sobre o Capital Próprio	13.b	-	-	-	-	(54.455)	(54.455)
Reserva para Equalização de Dividendos	13.c	-	-	15.481	-	(15.481)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	13.c	-	-	15.480	-	(15.480)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2017</b>		<b>840.313</b>	<b>16.547</b>	<b>61.364</b>	<b>(63)</b>	<b>-</b>	<b>918.161</b>
Mutações no Exercício		-	<b>4.496</b>	<b>30.961</b>	<b>(63)</b>	-	<b>35.394</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2017</b>		<b>840.313</b>	<b>16.547</b>	<b>61.364</b>	<b>(63)</b>	<b>-</b>	<b>918.161</b>
Lucro Líquido		-	-	-	149	-	149
Destinações:						86.046	86.046
Reserva Legal	13.c	-	4.302	-	-	(4.302)	-
Juros sobre o Capital Próprio	13.b	-	-	-	-	(51.690)	(51.690)
Reserva para Equalização de Dividendos	13.c	-	-	15.027	-	(15.027)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	13.c	-	-	15.027	-	(15.027)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2018</b>		<b>840.313</b>	<b>20.849</b>	<b>91.418</b>	<b>86</b>	<b>-</b>	<b>952.666</b>
Mutações no Exercício		-	<b>4.302</b>	<b>30.054</b>	<b>149</b>	-	<b>34.505</b>
<b>Saldos em 30 de Junho de 2018</b>		<b>840.313</b>	<b>18.144</b>	<b>91.714</b>	<b>(131)</b>	<b>-</b>	<b>950.040</b>
Lucro Líquido		-	-	-	217	-	217
Destinações:						54.099	54.099
Reserva Legal	12.c	-	2.705	-	-	(2.705)	-
Juros sobre o Capital Próprio	12.b	-	-	-	-	(51.690)	(51.690)
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	-	(148)	-	148	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	-	(148)	-	148	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2018</b>		<b>840.313</b>	<b>20.849</b>	<b>91.418</b>	<b>86</b>	<b>-</b>	<b>952.666</b>
Mutações no Período		-	<b>2.705</b>	<b>(296)</b>	<b>217</b>	-	<b>2.626</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

## 1. Contexto Operacional

A Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (Santander Securities) controlada pela Santander Securities Services Brasil Participações S.A. (S3 Participações), com sede na Rua Amador Bueno, 474, Santo Amaro, São Paulo, tem por objeto, dentre outros: (i) subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários; (ii) comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros; (iii) encarregar-se da administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários; e (iv) intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado. As operações da Santander Securities são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

## 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Securities foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pela Comissão de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não reconhecidas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos. Divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos exercícios demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas (Nota 3.n).

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, na reunião realizada em 21 de março de 2019.

## 3. Principais Práticas Contábeis

## a. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Securities.

## b. Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, *pro rata* dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

## c. Ativos e Passivos a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativo ou seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

## d. Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

## e. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

## f. Rendas a Receber

Refere-se às provisões para perdas de Rendas a Receber são fundamentadas nas análises das operações em aberto, na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos da carteira e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões.

## g. Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

## h. Permanente

O montante pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

## h.i) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base na seguinte taxa anual - sistemas de processamento de dados - 20%.

## h.ii) Intangível

O ágio na aquisição de direitos de uso de negócio é amortizado em 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor. Os ativos identificados decorrentes da aquisição de negócio, substancialmente, relacionamento com clientes, são amortizados pelos prazos estimados de vida útil (Nota 8.a).

Os gastos de aquisição de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos (Nota 8.a).

## i. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

A Santander Securities é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 11.d) e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação. Os Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis à Santander Securities, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

## j. Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Santander Securities de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

## Planos de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Santander Securities como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

## Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 22. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado. A Santander Securities aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de contábil de ativo destacado do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

## Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço prestado nos períodos corrente e passados;

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano;

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados; - Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais;

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; e

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

## k. Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a Cofins.

## l. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015). A partir de 2019, a alíquota de CSLL volta a ser de 15%.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 5.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

## m. Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

## n. Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos semestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: provisão para contingências, valor recuperável dos ativos e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

## 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2018 é composto pelo saldo de disponibilidades no valor de R\$276 e aplicações em depósitos interfinanceiros no valor de R\$69.700 (2017 - R\$973 representado por disponibilidades).

## 5. Créditos Tributários

## a. Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2018
Provisão para Riscos Fiscais	1.874	-	(1.426)	448
Provisão para Contingências Trabalhistas	51	2.124	(1.513)	662
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria	42	-	-	42
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	2.906	2.175	(2.152)	2.929
Outras Provisões Temporárias <sup>(1)</sup>	2.122	-	(62)	2.060

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2016	Adições	Amortização	31/12/2017
<b>Ágio na Aquisição de Direitos de Uso de Negócio (Nota 3)</b>	<b>279.981</b>	-	<b>(32.305)</b>	<b>247.676</b>
<b>Outros Ativos Intangíveis</b>	<b>423.352</b>	<b>395</b>	<b>(29.345)</b>	<b>394.402</b>
Aquisição de Logiciais	13.339	395	(4.137)	9.597
Relacionamento com Clientes:				
Clientes vinculados a Fundos de Investimentos	237.983	-	(11.515)	226.468
Clientes vinculados à Rede Comercial do Banco Santander	80.573	-	(3.140)	77.433
Outros Clientes	91.457	-	(10.553)	80.904
<b>Total</b>	<b>703.333</b>	<b>395</b>	<b>(61.650)</b>	<b>642.078</b>

**9. Fiscais e Previdenciárias**

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados, em processos judiciais e administrativos.

	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e Contribuições a Pagar	4.951	1.065
Impostos e Contribuições sobre Lucros	35.546	43.177
Provisão para Tributos Diferidos	491	407
Outros	-	562
<b>Total</b>	<b>40.988</b>	<b>45.211</b>
<b>Circulante</b>	<b>40.546</b>	<b>44.845</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>442</b>	<b>366</b>

**a. Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos**

	30/12/2017	Constituição	31/12/2018
Direitos de Planos de Pensão	407	84	491
<b>Total</b>	<b>407</b>	<b>84</b>	<b>491</b>

**b. Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos**

	31/12/2018		
	Diferenças Temporárias		
Ano	IRPJ	CSLL	Total
2019	31	18	49
2020	30	19	49
2021	30	19	49
2022	31	19	50
2023	31	19	50
2024 a 2026	92	55	147
2027 a 2028	61	36	97
<b>Total</b>	<b>306</b>	<b>185</b>	<b>491</b>

**10. Negociação e Intermediação de Valores**

Em 31 de dezembro de 2018, refere-se a Credores - Conta Liquidações Pendentes, no montante de R\$48.456.

**11. Outras Obrigações - Diversas**

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas de Pessoal	11.720	10.301
Despesas Administrativas	2.073	1.116
Outros Pagamentos	224	1.091
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 12.b)	1.892	15.889
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 12.b)	1.656	128
Credores Diversos - País	3.083	1.503
<b>Total</b>	<b>20.648</b>	<b>30.028</b>
<b>Circulante</b>	<b>14.351</b>	<b>11.829</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>6.297</b>	<b>18.199</b>

**12. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes****a. Ativos Contingentes**

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3).

**b. Movimentações das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais**

	01/01 a 31/12/2018		01/01 a 31/12/2017	
	Fiscais	Trabalhistas	Fiscais	Trabalhistas
<b>Saldo Inicial</b>	<b>15.889</b>	<b>128</b>	<b>13.851</b>	-
Constituição Líquida de Reversão <sup>(1)</sup>	(707)	1.482	807	120
Atualização Monetária	746	46	1.314	9
Baixas por Pagamentos <sup>(2)</sup>	(14.036)	-	(83)	(1)
<b>Saldo Final</b>	<b>1.892</b>	<b>1.656</b>	<b>15.889</b>	<b>128</b>
Depósitos em Garantia - Outros Créditos <sup>(2)</sup>	81	93	13.455	24

<sup>(1)</sup> Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais e IR e CSLL.

<sup>(2)</sup> Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos às contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

Em razão do cenário desfavorável à tese em que se questiona a Majoração de Alíquota da CSLL, e, consequentemente, alteração da classificação de êxito dos respectivos processos, se optou pelo pagamento dos valores discutidos.

**c. Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões**

A Santander Securities é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Santander Securities, com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Santander Securities tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir:

**PIS e Cofins - R\$638** (31/12/2017 - R\$520): a Santander Securities interpôs medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas.

**Majoração de Alíquota da CSLL - R\$0** (31/12/2017 - R\$13.399): A Santander Securities ajuizou ação judicial visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. A ação judicial ainda está pendente de julgamento.

**Desmutualização de Ações - R\$483** (31/12/2017 - R\$472), visa a não incidência do IRPJ e da CSLL dos valores correspondentes à atualização dos títulos patrimoniais convertidos em ações, visto que não representa acréscimo patrimonial, mas de mera permuta.

**d. Passivos Contingentes Classificados com Risco de Perda Possível**

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, totalizaram em R\$14,6 milhões, sendo:

**IRPJ** - Refere-se a cobrança judicial de IRPJ do período base de 1994, por suposta falta de pagamento do tributo. Com a comprovação do recolhimento, houve sentença favorável em primeiro grau, objeto de apelação por parte da União, ainda em julgamento. Em 31 de dezembro de 2018, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$11,8 milhões.

**COFINS** - Discussão judicial para anular auto de infração lavrado pela Receita Federal, pretendendo a exigência de PIS e COFINS sobre receitas que não decorrem da atividade preponderante da empresa, contrariando assim o novo texto legal trazido pela Lei Federal nº 12.973/2014. Em 31 de dezembro de 2018, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$2,2 milhões.

**13. Patrimônio Líquido****a. Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social subscrito e integralizado é composto por 1.740 mil ações ordinárias nominativas escriturais sem valor nominal.

**b. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 1% sobre o lucro líquido ajustado na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.

	31/12/2018			
	Em Milhares de Reais		Reais por Ação	
	Bruto	IRRF Líquido	Bruto	Líquido
Juros sobre o Capital Próprio <sup>(1)</sup>	44.190	6.629	37.561	25,38972
Juros sobre o Capital Próprio <sup>(2)</sup>	7.500	1.125	6.375	4,30919
<b>Total</b>	<b>51.690</b>	<b>7.754</b>	<b>43.936</b>	<b>3,66281</b>

	31/12/2017			
	Em Milhares de Reais		Reais por Ação	
	Bruto	IRRF Líquido	Bruto	Líquido
Juros sobre o Capital Próprio <sup>(3)</sup>	39.685	5.953	33.732	22,80134
Juros sobre o Capital Próprio <sup>(4)</sup>	14.770	2.216	12.554	8,48622
<b>Total</b>	<b>54.455</b>	<b>8.169</b>	<b>46.286</b>	<b>7,21300</b>

<sup>(1)</sup> Deliberados pela Diretoria em 28 de novembro de 2018 e pagos em 06 de dezembro de 2018.

<sup>(2)</sup> Deliberados pela Diretoria em 14 de dezembro de 2018 e pagos em 20 de dezembro de 2018.

<sup>(3)</sup> Deliberados pela Diretoria em 10 de outubro de 2017 e pagos em 10 de dezembro de 2017.

<sup>(4)</sup> Deliberados pela Diretoria em 26 de dezembro de 2017 e pagos em 28 de dezembro de 2017.

**c. Reservas de Lucros**

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

**Reserva Legal**  
De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

**Reservas Estatutárias**  
Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, foram destinados 50% para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander Securities e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

**14. Partes Relacionadas**  
**a. Remuneração de Pessoa-Chave da Administração**  
Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Santander Securities realizada em 28 de abril de 2018, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos Administradores para o ano de 2018, fixado no valor máximo de R\$8.500.

**i. Benefícios de Longo Prazo**  
A Santander Securities, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

**ii. Benefícios de Curto Prazo**  
A tabela a seguir demonstra os salários e honorários dos Administradores:

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Remuneração Fixa	3.347	3.500
Remuneração Variável	1.348	1.594
Outras	262	177
<b>Total dos Benefícios de Curto Prazo</b>	<b>4.957</b>	<b>5.271</b>

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$1.028 (31/12/2017 - R\$1.096).

**iii. Rescisão de Contrato**  
A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

**b. Participação Acionária**  
A Santander Securities é controlada pela S3 Participações que possui participação acionária de 1.740 mil ações, equivalentes a 100,00% do seu capital social.

**c. Transações com Partes Relacionadas**  
As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens. A partir de 2018, estão demonstrados as transações e saldos com Pessoal Chave da Administração.

As principais transações e saldos são, conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2018	31/12/2017	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
<b>Disponibilidades</b>	<b>276</b>	<b>973</b>	-	-
Banco Santander (Brasil) S.A. <sup>(1)</sup>	276	973	-	-
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - Depósitos</b>				
<b>Interfinanceiros</b>	<b>426.934</b>	<b>299.213</b>	<b>26.378</b>	<b>24.344</b>
Banco Santander (Brasil) S.A. <sup>(1)</sup>	426.934	299.213	26.378	24.344
<b>Valores a Receber de Sociedades Ligadas</b>	<b>4.291</b>	<b>4.479</b>	<b>55.659</b>	<b>78.426</b>
Banco Santander (Brasil) S.A. <sup>(1)</sup>	4.291	4.479	52.708	76.101
Banco Santander (Espanha) S.A.	-	-	2.952	2.325
<b>Valores a Pagar de Sociedades Ligadas</b>	<b>(4.192)</b>	-	<b>(20.277)</b>	<b>(15.382)</b>
Banco Santander (Brasil) S.A. <sup>(1)</sup>	-	-	(4.881)	(4.763)
Isban Brasil S.A. <sup>(2)</sup>	-	-	-	(3.478)
Aquanima Brasil Ltda. <sup>(2)</sup>	-	-	(165)	(45)
Universia Brasil S.A. <sup>(2)</sup>	(1)	-	(25)	(35)
Produban Servicos Informáticos Generales, S.L. <sup>(2)</sup>	-	-	-	(7.061)
Santander Brasil Tecnologia S.A. <sup>(2)</sup>	-	-	(9.351)	-
<b>Pessoal Chave da Administração</b>	<b>(3.274)</b>	-	<b>(5.855)</b>	-

<sup>(1)</sup> Controlada diretamente pelo Banco Santander Espanha.

<sup>(2)</sup> Controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha.

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Rendas de Administração de Fundos de Investimentos	214.978	193.353
Rendas de Serviços de Custódia	69.710	63.017
Outras Rendas de Serviços	7.311	36.087
<b>Total</b>	<b>291.999</b>	<b>292.457</b>

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Remuneração	28.422	24.755
Encargos	8.167	7.825
Benefícios	5.678	4.633
Treinamento	163	722
Outras	544	427
<b>Total</b>	<b>42.974</b>	<b>38.362</b>

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Depreciações e Amortizações	61.432	61.753
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	11.000	11.647
Serviços do Sistema Financeiro	1.622	1.049
Processamento de Dados	13.682	13.637
Convênio Operacional - Banco Santander (Nota 14.c)	4.881	4.763
Transporte e Viagens	797	563
Comunicações	629	499
Despesas com Seguros	477	410
Despesas com Auditoria e Guarda de Lastros	199	173
Outras	1.610	1.316
<b>Total</b>	<b>96.329</b>	<b>95.810</b>

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Despesa com PIS	1.752	1.778
Despesa com Cofins	10.781	10.943
Despesa com ISS	13.256	13.052
Outras	109	205
<b>Total</b>	<b>25.898</b>	<b>25.978</b>

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Rendimentos de Depósitos Judiciais	603	1.065
Reversão de Contingências - Fiscais	707	-
Atualização de Impostos a Compensar	81	169
Recuperação de Encargos e Despesas	78	224
Reversão de Provisões Operacionais	1.535	-
Outros	93	-
<b>Total</b>	<b>3.097</b>	<b>1.458</b>

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Provisões Operacionais	-	807
Fiscais (Nota 12.b)	-	129
Trabalhistas (Nota 12.b)	1.482	129
Outras Provisões Operacionais	-	969
Atualização Monetária (Nota 12.b)	792	1.314
Despesas de Atualização de Impostos	531	586
Despesas com Auditoria e Guarda de Lastros	987	1.367
Perda Efetiva	1.288	-
Outros	1.549	1.096
<b>Total</b>	<b>6.629</b>	<b>6.286</b>

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Despesa com PIS	1.752	1.778
Despesa com Cofins	10.781	10.943
Despesa com ISS	13.256	13.052
Outras	109	205
<b>Total</b>	<b>25.898</b>	<b>25.978</b>

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Participações no Lucro	149.818	152.870
Juros sobre o Capital Próprio	(9.191)	(6.986)
Juros sobre o Capital Próprio	(51.690)	(54.455)
<b>Total</b>	<b>88.937</b>	<b>91.429</b>

**Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente <sup>(1)</sup>**

Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis